

DIREITO MUNICIPAL

- 1196** PROJETO DE LEI – BARES E RESTAURANTES – BEBEDOUROS PARA USO GRATUITO – INCONSTITUCIONALIDADE
Guilherme Luis da Silva Tambellini
- 1199** DIREITO À CRECHE
Marioly Oze Mendes
- 1203** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
A remuneração dos servidores da Câmara Municipal tem como limite o subsídio do Prefeito
- 1207** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
O Município tem o dever de indenizar danos sofridos por acompanhantes em virtude de colisão de veículo de transportes de pacientes
- 1222** LEI MUNICIPAL – ESTACIONAMENTO – TOLERÂNCIA OBRIGATÓRIA – INCONSTITUCIONALIDADE – COBRANÇA PROPORCIONAL – CONSTITUCIONALIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 1228** CONTRAPONTO À JURISPRUDÊNCIA DO TCU NO QUE TANGE AO LIMITE PARA ADOÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA AS MICROEMPRESAS, COOPERATIVAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
Rodrigo Cesar Aguiar Vivas
- 1235** CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS: ANÁLISE SUCINTA DA LEI N. 11.284/06
Wanderlei José dos Reis
- 1240** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Possibilidade de transferência da capacidade operacional entre empresas incorporada e incorporadora
- 1245** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
O atestado de capacidade técnica emitido em favor do responsável técnico não comprova a capacidade operacional
- 1248** MICROEMPRESA – RENÚNCIA DO DIREITO AO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO – HABILITAÇÃO
- 1250** DURAÇÃO DO CONTRATO – SERVIÇOS CONTÍNUOS – 60 MESES – PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL
- 1252** REACTUAÇÃO – CONCORDÂNCIA – REAJUSTE – PRECLUSÃO LÓGICA – OCORRÊNCIA

FINANÇAS PÚBLICAS

- 1256** SISTEMAS INFORMATIZADOS: ESTUDO NO CONTROLE DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL
Claudia Roveri
- 1267** PROGRESSIVIDADE FISCAL DE IMPOSTO DE NATUREZA REAL
Kiyoshi Harada

1269 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

A ampliação da jornada de trabalho está limitada à disponibilidade orçamentária

1273 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Leis municipais que concedem benefícios fiscais diretos e indiretos relativos ao ISSQN são inconstitucionais

1275 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR ESTRANGEIRO – PAGAMENTO – DESPESA – RITO LEGAL

1277 DIRF – DESPESA – RESSARCIMENTO

OUTROS TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1280 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO: ORIGEM E LIMITES

Paulo Mariano Alves de Vasconcelos

1292 A RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO CONSULTIVA

Carolline Leal Ribas

1296 A ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO APÓS RENÚNCIA DE EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO NA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ

Fábio Gustavo Alves de Sá

1300 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Não cabe alegação de prescrição vintenária na ação de desapropriação indireta

1305 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

É razoável a convocação pessoal de candidato, quando transcorrido longo lapso temporal desde a homologação do concurso

1308 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Permissão de uso é um ato eminentemente precário, principalmente quando concedida por quem não é legítimo proprietário

1311 TRIBUNAL DE CONTAS – MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – CELEBRAÇÃO DIRETA – IMPOSSIBILIDADE

1314 RESCISÃO NEGATIVA – JUSTA CAUSA – PROVIDÊNCIAS